



**MEMÓRIA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

DATA: 10/07/2007

HORÁRIO: 13:30 às 16:30

LOCAL: SETP – Curitiba

Participantes

Membros:

SETP	COGEMAS
Carmen Cristina Zadra	Dione Terezinha Kniphoff
Denise R. Arruda Colin	Luis Aparecido Roncon
Jucimeri Isolda Silveira	Márcia Mazzarotto
Renata Mareziuzek dos Santos	Maria Regina Topan
Solange Fernandes	

Representantes da Secretaria Técnica:

Daniela Möller
Kellen Cristina Dalcin
Rafael Garcia Carmona
Rosely Lemos
Sandra C. Kloser Busnello

Convidados:

Carla de Souza
Gabriela Luciano da Silva
Gandura Bordignon Scandelari de Oliveira
Kelli Regina Albanese
Odelita Herbst

Pauta de reunião ordinária:

- Aprovação da pauta da reunião;
- Aprovação da memória da reunião ordinária da CIB de 02/05/2007;
- Aprovação da memória da Câmara Técnica para elaboração do manual/guia de orientação sobre o processo de habilitação municipal à gestão do SUAS;

- Apresentação do quadro de processos de habilitação enviados à Secretaria Técnica da CIB;
- Análise do Ofício n.º016/2007 – CGRGI/MDS sobre a justificativa do município de Salto do Itararé quanto ao seu processo de desabilitação e pactuação de encaminhamentos;
- Análise da solicitação do município de Prudentópolis quanto aos recursos para implantação do CRAS;
- Apresentação do levantamento dos municípios pendentes / justificativas no preenchimento do Relatório de Gestão e Plano Municipal de Assistência Social, a cerca dos instrumentos de gestão do estado do Paraná;
- Apresentação da situação de Preenchimento dos municípios paranaenses do Plano de Ação SUASWeb e do Demonstrativo Sintético, aplicativos da Rede SUAS;
- Apresentação das normas de cooperação técnica e financeira de projetos via SISCONWeb - MDS – Junho/Julho 2007.

Informes:

- Composição da CIB/PR – Resolução n.º 041/2007 - SETP;
- Versão final do Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual;
- Benefícios Eventuais: articulação com o IPARDES para realizar o cruzamento de dados e o ranqueamento dos municípios;
- Capacitação aos técnicos dos municípios sobre a integração do Programa Bolsa Família - PBF e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI (28 à 31 de maio);
- Seminário Estadual sobre a Erradicação do Trabalho Infantil (12 de Junho – Curitiba);
- Seminário Regional sobre acesso e execução dos programas sociais em comunidades indígenas (19 de junho - Guarapuava / 20 de junho – Londrina);
- Encontro Região Sul do CONGEMAS (28 e 29 de junho – Blumenau/SC);
- II Encontro Estadual do Sistema Municipal e Gestão Local do CRAS (04 e 05 de julho – Curitiba

Aprovação da Pauta da Reunião:

A coordenadora da CIB/PR, Denise Colin, questiona se há algum ponto de pauta a ser incluído, revisado ou retirado. Os representantes presentes não indicam nenhuma alteração e, portanto, a pauta é aprovada.

Aprovação da Memória da Reunião da CIB de 02/05/2007:

Denise aponta que as alterações encaminhadas via e-mail que já foram acrescentadas, e fica para nova apreciação dos membros. Os representantes presentes não indicam nenhuma alteração e, portanto, a memória é aprovada.

Aprovação da memória da Câmara Técnica da CIB de 24/05/2007:

Kellen C Dalcin, secretária técnica da CIB, manifesta que este material da memória já foi enviado com antecedência para os membros, e durante a reunião tem-se algumas pactuações a serem feitas, relacionadas ao material que foram registradas durante a reunião.

Para definição do título, as opções apresentadas foram as seguintes: *Habilitação Municipal à Gestão do SUAS: Guia de Orientação; Manual prático de orientação sobre o processo de habilitação municipal; Orientações Gerais sobre o Processo de habilitação: Manual Prático. A pactuação foi feita pela primeira opção.*

Entre elas, Kellen indica a necessidade de avaliar quais serão os anexos: “Lista de serviços” elaborado por Denise Colin e Jucimeri Silveira; “Orientações aos Conselhos Municipais”, elaborado pelo Conselho Estadual, e ainda algum outro item a ser incluído ou alterado;

Denise aponta que não há regulamentação detalhada do Governo Federal, do Conselho Nacional ou do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS em relação aos serviços que compõe cada um dos eixos de proteção social especial básica e especial de média e de alta complexidade. Há apenas alguns itens que já são nominados na Política Nacional de Assistência Social – PNAS e na Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social - NOB-SUAS, e com exceção do manual do CRAS e do CREAS não há documento que discorra sobre o funcionamento dos demais serviços. Então, o NUCLEAS elaborou primeiramente, um ensaio com base na capacitação de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, relaciona quais as opções comporão cada

modalidade além dos equipamentos a serem utilizados para o desenvolvimento das mesmas. Este material se constitui em uma primeira aproximação para resultar na regulamentação oficial dos serviços e portanto, exige uma contribuição a todas as instâncias. Separando esses conteúdos, o objetivo é de conferir de entendimento, e também, de listar alguns procedimentos, que às vezes são colocados como serviços. Pode-se considerar este ensaio como uma orientação elementar que permite correções no processo, até constituir-se câmara técnica para aprofundar o tema. Após a realização dos estudos é possível efetuar sua publicação, sendo esta uma decisão dos membros da CIB.

No mesmo sentido, deverá ser avaliado a viabilidade de inclusão como anexo da orientação elaborada pelo CEAS a cerca da orientação da inscrição das entidades no CMAS. Retrata um esboço de Projeto de Lei em discussão na Casa Civil da Presidência da República, alterando o decreto n.º 2.536 que regula a concessão do certificado de entidades beneficentes de assistência social. E nesta proposta há uma previsão de que as entidades de educação e saúde teriam as inscrições nos seus respectivos conselhos, e aguarda-se a manifestação dos respectivos Ministérios, mas não existe uma publicação deste decreto.

Como anexos ao guia Denise sugere que sejam incluídas normativas e orientações sobre os temas, deixando claro que não há regulamentações e que este é o indicativo. Na medida em que houver definições, as informações serão repassadas e há possibilidade de organizar para o próximo ano um evento para repasse da definição de parâmetros e indicativos em relação à prestação de cada serviço socioassistencial.

Kellen apresenta o resultado dos contatos com a Secretaria de Cultura, Imprensa Oficial e gráficas, conforme sugerido durante a Câmara Técnica, para publicação do Guia. A primeira é a produção de dois exemplares, sendo que o primeiro traria o conteúdo teórico e o segundo o processo de diálogo.

Por conta do tempo, Denise expõe que será feita uma tiragem de mil exemplares para o envio aos Escritórios Regionais, gestores e Conselhos Municipais de Assistência Social para orientar a elaboração do processo de

habilitação, com os conteúdos e orientações. Na seqüência o Guia poderá ser aprimorado e ampliada sua publicação.

A Secretária Técnica afirma que as propostas deverão ser revistas, já que por indicação de técnicos de gráficas e de Secretárias que desenvolveram materiais semelhantes, não será possível reproduzir todo o conteúdo por meio de diálogos, já que os mesmos ficariam muito extensos. A proposta de desenvolver dois exemplares talvez deva ser reavaliada.

Apresentação do quadro de processos de habilitação enviados à Secretaria:

A coordenadora realizou a leitura do quadro dos pleitos e o detalhamento das pendências de cada município. Oito processos foram enviados entre os meses de Junho e Julho, dentre eles há sugestão para habilitação em gestão básica do Município de Perobal, do Escritório Regional de Umuarama. Os membros presentes pactuam a habilitação do Município em questão.

Márcia Mazzarotto, representante do COGEMAS, aponta para as análises dos processos indeferidos, que continuam a ser grande maioria, desde que iniciou-se o processo de habilitação para o SUAS. Solicita reforço aos Escritórios Regionais, sugerindo capacitação e estruturação das equipes, para sanar as pendências de documentação nos processos quando são encaminhados à Secretaria Técnica, pois grande maioria dos Escritórios Regionais não possui nem a equipe mínima exigida na NOB/RH que corresponde a estrutura de um CRAS.

Ela retoma a pactuação da CIB de que os Escritórios Regionais efetuaram a orientação aos municípios, análise prévia dos processos e a verificação de pendências antes de ser enviado à CIB, e mostra-se preocupada com as condições das equipes com relação ao tempo e aos recursos, e sente certa “desmotivação” por parte dos Escritórios.

Levando em consideração esta discussão, Denise aponta que foram adotados quatro encaminhamentos: o primeiro foi agilizar a publicação do Guia de orientação; o segundo foi a definição de um plano de supervisão e acompanhamento da política de assistência social e segurança alimentar junto a cada Escritório Regional, de forma integrada; o terceiro foi a discussão de um

projeto que está sendo desenvolvido pelos Escritórios Regionais de Irati, Francisco Beltrão e Cascavel, de reuniões mensais temáticas com os gestores municipais para aprofundamento do tema e da realidade daquela região. Ela afirma que esta sistemática vem sendo reproduzida para os demais Escritórios Regionais, para que todos adotem a mesma dinâmica, ou pelo menos, o mesmo procedimento; a quarta é de sempre introduzir cursos ou oficinas nos grandes eventos.

Kellen argumenta que a discussão sobre a análise dos processos de habilitação foi apresentada nas reuniões das Macros Regionais, posto que este método também é atribuição nova para os Escritórios, e a análise da Secretaria Técnica está sendo mais minuciosa, o que é repassado e reproduzido pelos Escritórios Regionais gradativamente.

Rafael Carmona, representante do SETP, ressalta a importância de supervisões sistemáticas aos escritórios regionais, e afirma que será muito mais fácil quando já houver a publicação deste material e o processo de capacitar as equipes dos escritórios. Menciona o estabelecimento de algumas regionais agendadas e outras já estão sendo programadas.

Maria Regina Topan, representante do COGEMAS, conta a experiência em que a equipe técnica do Escritório Regional orientou o envio de documentos sem análise, e as informações solicitadas não foram atendidas, tendo como justificativa a defasagem da equipe.

Márcia Mazzarotto complementa lembrando a necessidade de reposição no quadro de recursos humanos das equipes técnicas dos Escritórios Regionais, que estão defasadas e tem uma grande responsabilidade, ou seja, de assessorar os municípios nos encaminhamentos de toda a política de assistência social.

Denise comenta que há uma solicitação da SETP junto às Secretarias Estaduais de Planejamento e de Administração para a reposição funcional, baseada em estudo da demanda e porte dos Escritórios Regionais. Mas lembra que esta em fase de análise no Poder Executivo.

Jucimeri Silveira, representante da SETP, recorda que vivemos dois processos: um quando o Instituto de Ação Social do Paraná - IASP - estava

vinculado à Política de Assistência Social, quando foi encaminhado o concurso com 1.090 vagas, para suprir o quadro funcional de efetivos que há 20 anos não havia concurso. Porém, na época não foi possível a negociação de reposição do quadro de efetivos para a sede da SETP, mas houve a destinação de dois cargos técnicos de nível superior para os 18 Escritórios Regionais, sendo 1 psicólogo e 1 Assistente Social para atuação na área.

Outra problemática se refere a amplitude de atribuição das políticas setoriais sediadas na SETP, ou seja, Assistência Social, Segurança Alimentar e trabalho. E toda a demanda está sobrecarregando os Escritórios Regionais, que tem que dar respostas às necessidades. Ela afirma que não basta adotar a política de reposição de quadro funcional se a organização regionalizada agrega todas as políticas, e também, deve-se implantar da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOB/RH no Estado do Paraná, pois a estruturação da política não se dá somente em dividir o que é Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. Este é um processo para ser desencadeado a partir de agora, dentro de uma proposta de formação permanente e ampliação progressiva do quadro.

Dione Kniphoff, representante do COGEMAS, sugere uma reunião com o Secretário de Estado, Nelson Garcia, para negociação e para que sejam cumpridas as necessidades de ambas as partes: Municípios e Estado. Uma reunião somente para esta pauta, o que segundo ela, será positiva para ele também, enquanto Secretário.

Denise lembra que este encontro estava previsto para a presente reunião, porém, o Secretário encontra-se em reunião com o Governador, e por isso não foi possível neste momento. Propõe-se por fim uma audiência com o Secretário, em data sugerida por ele, com a participação dos representantes titulares e suplentes do COGEMAS na CIB, para maior visibilidade à discussão.

Análise do Ofício n.º016/2007 – CGRGI/MDS:

Sobre a justificativa do município de Salto do Itararé em relação ao seu processo de desabilitação, foi entregue aos membros presentes cópia da análise do Ministério de Desenvolvimento Social - MDS – Segundo o ofício do Ministério,

há indicação de que se tratava do Plano de Ação e não Demonstrativo, e caberia à CIB pactuar o encaminhamento adequado. A SETP apresenta como sugestão a realização de visita do Escritório Regional ao Município para uma orientação específica e indicação de prazo para preenchimento do Plano de Ação – 2007 e Demonstrativo 2006. Em seguida, a análise do procedimento adotado pelo Município retornará à CIB. Uma segunda sugestão é de ser mais rigoroso no processo e desabilitar o Município. Os Membros presentes pactuam a opção de acompanhamento mais sistemático do Escritório Regional com a respectiva orientação, e definição de preenchimento até o prazo final estabelecido pelo MDS, que a princípio é de 31 de Julho.

Análise da solicitação do município de Prudentópolis quanto aos recursos para implantação do CRAS:

Denise esclarece que o Município de Prudentópolis estava selecionado dentre os 22 com menor capacidade de gestão para o co-financiamento de CRAS com recurso do Governo Estadual. Quando comunicado desta listagem, na época, o Município não providenciou a documentação e a estrutura necessária para esta implementação, e como já havia sido deliberado no CEAS, e pactuado na CIB, na medida da dificuldade de cada Município contemplado, automaticamente o Município subsequente na listagem seria o indicado para recebimento do co-financiamento. Agora o Prefeito Municipal manifestou-se afirmando que já possui os documentos, equipe e estrutura, e que atualmente há interesse no financiamento, complementa dizendo que em função das capacitações, foi possível perceber qual é a atribuição do Município. Ela afirma que tal questão está sendo levada para instâncias de pactuação e deliberação para definição de procedimento padrão para essas situações, ou seja, os Municípios selecionados e que superaram as dificuldades, iniciais que agora apresentam esta possibilidade, passam ser reconsiderados, respeitando-se o ranqueamento de listagem inicial. Por fim, pactua-se que o Município de Prudentópolis retornará para a listagem e será contemplado posteriormente.

Apresentação do levantamento dos municípios pendentes / justificativas no preenchimento do Relatório de Gestão e PMAS:

Renata, representante da SETP, apresenta o quadro dos Municípios que estavam com os campos pendentes; sendo 106 no PMAS e 109 no Relatório de Gestão. Ela afirma que no Relatório de Gestão, o preenchimento do campo CRAS só pode ser considerado pendente para os municípios habilitados em gestão básica ou gestão plena, entendendo que para estes há obrigatoriedade de funcionamento do CRAS. Afirma que alguns Municípios por iniciativa própria enviaram justificativas por meio de ofícios, o que também foi levantado pela SETP. Ela indica que há proposta de reabertura dos seguintes campos do Relatório de Gestão: Informações do órgão Gestor, Recursos Humanos do Órgão Gestor, Questionário do CRAS, Identificação do CRAS, Recursos Humanos do CRAS, Recursos Humanos do BPC e inserção de beneficiários do BPC em serviços socioassistenciais. E no PMAS seriam reabertos os seguintes campos: Identificação do Órgão Gestor, Recursos Humanos do Órgão Gestor, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, CMAS, Diagnóstico Social, Quadro da Rede Socioassistencial, Quadro Geral de Financiamento e Aprovação do Plano.

Denise ressalta que a grande parte dos municípios nos contatam diariamente. Muitos encontram dificuldades para preenchimento do campo do Plano de Inserção dos beneficiários do BPC, principalmente para municípios pequenos e em Gestão Inicial. Ela afirma que não há modelo padronizado para o Plano de Inserção, e que este tema está sendo discutido. Neste sentido, a SETP convidou a Secretaria Nacional de Renda e Cidadania, e o Departamento de Benefícios Socioassistenciais da Secretaria Nacional de Assistência Social, para iniciar esta discussão no evento do CRAS a fim de que, gradativamente, obtenha-se subsídios suficientes para elaborar um material de apoio aos municípios.

Com relação aos CRAS, Denise lembra que a CIB já pactuou e o órgão gestor estadual desencadeou processo de monitoramento e avaliação dos municípios habilitados em gestão básica e plena. Após o preenchimento pelo municípios de um sistema informatizado, a realização de visita e parecer técnico pelo Escritório Regional e análise da Secretaria Técnica da CIB foi elaborado

quadro identificando os principais problemas em cada município, elencado os reordenamentos necessários e estabelecido prazo para adequação. Os Municípios habilitados na regra de transição, que não implantaram o CRAS, deixaram de preencher os instrumentos de gestão para não se “auto-denunciarem”, receosos do resultado.

Ainda com relação ao CRAS Denise relembra que a CIB pactuará novas visitas nos prazos indicados, para verificar os encaminhamentos, bem como desenvolverá ação conjunta com o Ministério, através da aplicação da ficha de avaliação do financiamento do CRAS. Ela afirma que foi enviado um expediente ao MDS solicitando que encaminhassem o conteúdo preliminar desta ficha, para que seja viabilizado a migração dos dados processados pelo sistema do Estado do Paraná.

Sobre o levantamento apresentado por Renata, Sandra Busnello, representante da Secretaria Técnica, informa que o instrumento do município de Fazenda Rio Grande foi preenchido pessoalmente por ela, e que no levantamento apresentado havia pendências e que, portanto, ocorreu algum equívoco no sistema informatizado estadual.

Renata indica que pode ter havido um erro na hora de salvar, porque foram conferidos individualmente os dados dos municípios que estavam com pendências.

Denise indica como sugestão o envio do levantamento dos Escritórios Regionais, e que seja estabelecido um prazo de reabertura para complementação de informações. Kellen sugere a reabertura de sistema para depois do fechamento do SUASWeb previsto para 31/07. A sugestão é de que o sistema seja reaberto de 01 a 15 de Agosto para conclusão do processo, sendo este o último prazo. Houve pactuação pelos membros presentes, porém do dia 01 a 30 de Agosto.

Apresentação da situação de Preenchimento dos municípios paranaenses do Plano de Ação SUASWeb:

Kellen informa que há preocupação com os aplicativos do SUASWeb, por conta da grande maioria estar na situação de preenchimento, ou no Conselho para

deliberação, tendo em vista o prazo final para preenchimento encerrar em 31/07/2007. Ela aponta que 265 Municípios paranaenses estão em preenchimento do “Plano de Ação” e 385 estão “em preenchimento do demonstrativo”, ou no Conselho para deliberação.

A Secretaria Técnica da CIB tem acompanhado este processo a pedido da CIT. O Ministério informa a lista de status que é repassada aos Escritórios Regionais com a situação de cada município de abrangência, para assessoramento no que se refere ao Plano de Ação.

Alguns municípios indicaram que não conseguiram finalizar porque o sistema acusa inconsistência nos dados de cadastro. O Ministério encaminhou um ofício comunicando que isto é uma falha na migração dos dados, oriundos do Plano de Ação do exercício de 2006, para o Demonstrativo referente a 2006. Kellen afirma nesse procedimento que os dados cadastrais se fragmentaram porque tinha-se informações do Ministério, de que 100% dos municípios paranaenses haviam preenchido o Plano de 2006. Ela afirma que foi realizada uma consulta ao MDS para verificar o motivo deste erro, e orientar qual seria a melhor forma para estar resolvê-lo. Por indicação do MDS, o município que apresenta esta situação deve entrar em contato com o Ministério que ativará o Sistema um por um. Porém, Kellen retrata que se são todos Municípios que apresentaram problemas, seria importante que a princípio a CIB encaminhasse a solicitação em nome de todas as Secretárias Municipais de Assistência Social, e consultaríamos o MDS sobre qual seria a melhor forma de solucionar. Por hora ela afirma que os procedimentos seriam adotados e ficaríamos no aguardo de posicionamento do MDS.

Sandra expõe que está mais difícil preencher o sistema atual que no ano passado, pois as parcelas de recursos financeiros foram repassadas em outra conta, como por exemplo os recursos para a jornada do PETI variam de mês a mês, e portanto, os dados presentes nos instrumentos não condizem com a realidade no município.

Denise apresenta como estratégia o repasse da “listagem de status” aos Escritórios Regionais e, em seguida, para os municípios semanalmente,

Desencadeando também o movimento com o COGEMAS, CEAS e FOREAS, e além disso, a oficialização do comunicado com relação às informações inconsistentes no sistema para o preenchimento e orientação para que eles encaminhem suas dificuldades por e-mail ou ofício, ao Ministério e à CIT.

Márcia Mazzarotto sugere a elaboração de um documento para o MDS, retratando esta situação e Denise complementa que o documento pode ser enviado para os demais Estados e COGEMAS retratando a demanda dos Municípios, o documento solicitando a avaliação do pedido, e sugestões de encaminhamento.

Apresentação das normas de cooperação técnica e financeira de projetos via SISCONWeb - MDS – Junho/Julho 2007:

Kellen expõe que o MDS enviou as portarias nº 222,223,224 e 225 referentes ao financiamento de pré-projetos cadastrados via SisconWeb, porém a Secretária Técnica optou, primeiramente, por não comunicar os municípios pois o sistema do MDS não estava disponível. Ela argumenta que houve tentativas de acesso com várias senhas de municípios e o sistema não respondia corretamente ou permitia apenas cadastramento de pré-projetos de proteção social especial. Portanto o procedimento adotado foi entrar em contato com o MDS e solicitar encaminhamento com relação ao sistema e aos prazos, pois partiu-se do entendimento de que, se o sistema não está disponível os prazos deverão ser revistos. Assim que houver posicionamento mais concreto, as informações serão repassadas aos Escritórios regionais.

Kellen complementa, dizendo que a SETP irá entrar em contato direto com a Coordenação responsável no MDS, para verificar qual é o problema do sistema e a forma de solucioná-lo, para em seguida, contabilizar o prazo de 30 dias.

Sandra afirma ter dúvida com relação ao co-financiamento pois enviou projeto pelo SISCONWeb para reforma e adequação da casa de passagem do município, propondo a alocação de 25%, porém, afirma que há dificuldade no entendimento pelo que retrata a portaria, questionando se há como simplificar esta

fórmula. Porque os municípios dependem desta informação para poder ou não pleitear este recurso.

Kellen informa que a portaria 222/07 é que pactua os valores de contrapartida, e talvez seria o caso de proposta de simplificação dessas informações, para que gradativamente, chegue ao conhecimento dos municípios já que esta é uma dúvida pertinente.

Rafael relembra que há de se observar os prazos previstos no Manual de Convênio, que traz algumas datas, como por exemplo, para envio da habilitação documental. Denise alerta que para serem considerados os prazos que já foram publicados na Portaria, e serão enviadas orientações para a finalização preenchimento no prazo de 20/07 para habilitação documental e 17/08 para cadastramento de pré-projetos. Por fim, Denise orienta que se os municípios não conseguirem salvar o projeto no sistema, é para arquivá-lo em papel e se preciso encaminhar comunicado ao MDS via aviso de Recebimento -AR- para comprovar.

Informes:

Composição da CIB/PR – Resolução n.º 041/2007 – SETP:

Esta resolução foi entregue aos membros, e trata da nomeação da nova composição da CIB e da Secretaria Técnica.

Versão final do Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual;

Márcia Mazzarotto solicitou que a Secretaria Técnica da CIB enviasse a versão final do Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual e para o exercício 2007/2008 aos membros da CIB para conhecimento dos municípios interessados. Denise confirma que o mesmo será enviado aos membros e também aos Escritórios Regionais e FOREAS.

Benefícios Eventuais: articulação com o IPARDES para realizar o cruzamento de dados e o ranqueamento dos municípios;

Denise relata que após todo o levantamento do índice de natalidade e mortalidade efetuado pela SESA, e demais indicadores por Município, retratados

no Relatório de Gestão. A equipe técnica da SETP reuniu-se com o IPARDES, para elaborar uma equação que compatibilize todos os indicadores elencados na NOB e os dados sugeridos também pelos membros da CIB para definir a lógica estadual de co-financiamento dos benefícios eventuais aos municípios.

O IPARDES fará alguns ensaios para verificar as possibilidades de co-financiamento, estabelecendo um ranqueamento dos municípios, e em seguida, os levantamentos serão entregues à SETP, a proposta é convocar uma Câmara Técnica para avaliar o material, indicando as correções necessárias e, levar para pactuação na CIB e deliberação do CEAS. Ela ressalta que tanto no Pacto de Aprimoramento da Gestão estadual quanto no Plano Plurianual -PPA - a previsão do co-financiamento já está incluída.

Márcia questiona se existe um prazo para que o IPARDES entregue o estudo e Denise responde que a previsão é para o fim do mês ou começo de Agosto, e portanto, será agendada a Câmara Técnica em tempo para que na próxima reunião tenha-se um estudo preliminar mais compatibilizado.

Capacitação aos técnicos dos municípios sobre a integração do Programa Bolsa Família - PBF e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI (28 à 31 de maio);

Carmem, membro da CIB representando a SETP, afirma que foram convidados 55 municípios que apresentam maiores dificuldades no cadastramento único e no sistema específico, e que deste total compareceram 53 municípios, totalizando 122 participantes. O evento foi realizado em quatro dias no Hotel Centro Europeu e foi destinado um Momento específico para cada Município. Estavam presentes representantes da Caixa Econômica Federal, e o Coordenador Estadual do Programa Bolsa Família, Nircélio.

Carmem aponta como dificuldade dos municípios a alta rotatividade de pessoal responsável pelo cadastro. Além disso, os participantes não caracterizam um grupo homogêneo, dificultando a discussão e por isso, a avaliação, enquanto equipe técnica, seria estabelecer uma estratégia diferente nestes casos. Ela relata

que Nircélio está desencadeando um processo com todos os municípios, entre os meses de Junho e Agosto, com relação a operação do sistema.

Seminário Estadual sobre a Erradicação do Trabalho Infantil (12 de Junho – Curitiba);

Carmem justifica que a data do evento foi escolhida e determinada pelo Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil, em função de ser o Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil. O objetivo maior do Seminário era discussão do tema no Estado do Paraná e o lançamento do mapa do Trabalho Infante-Juvenil, desenvolvido pelo IPARDES com recursos do Fundo para Infância e Adolescência –FIA. Ela indica que a elaboração deste mapa já fazia parte do Plano Estadual como uma ação imediata e urgente, a fim de se obter um diagnóstico do trabalho infantil no estado. Houve algumas críticas com relação ao material, pois foi o mesmo divulgado no ano de 2007, com microdados relativos ao ano de 2000. Ela argumenta que mais do que um dado quantitativo, o mapa permite o conhecimento do perfil do trabalho infantil no Paraná, e isto foi importante porque irá direcionar o trabalho da SETP e demais órgãos de agora em diante, inclusive através de uma ação integrada com a Delegacia Regional do Trabalho – DRT, e Secretarias do Estado da Saúde e da Educação.

Seminário Regional sobre acesso e execução dos programas sociais em comunidades indígenas (19 de junho - Guarapuava / 21 de junho – Londrina):

Rafael relata que foram realizados dois Seminários com o objetivo de mobilizar os gestores municipais e as lideranças indígenas. Com relação ao Programa Bolsa Família. Para estes Seminários foram convidados o Gestor do Programa do Bolsa Família nos Municípios, o operador e as lideranças indígenas dos municípios que possuem comunidades indígenas, totalizando 11 regionais envolvidas e 26 municípios participantes, com aproximadamente 110 participantes. Além da parceria com a Caixa Econômica Federal o Seminário contou, também com a colaboração da Assessoria de Assuntos Indígenas da

Casa Civil, que desencadeou toda a mobilização, tanto com as unidades indígenas, quanto com a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA.

O evento surgiu da necessidade de mobilizar para uma nova normativa do MDS, que coloca como uma das prioridades, a inclusão das comunidades indígenas que estão dentro do perfil do Bolsa Família, para que possam acessar este benefício, já que muitas famílias ainda não foram cadastradas, até mesmo porque o número de metas daquele município já foi atingido. Desta maneira, o objetivo foi justamente esclarecer que pode-se cadastrar essas famílias independentemente de metas previstas por se tratar de uma prioridade a inclusão de membros de comunidades tradicionais.

Rafael avaliou de forma extremamente positiva a realização do Seminário, haja visto que foi possível integrar no mesmo ambiente o gestor, o operador e a liderança indígena, o que possibilitou discussões interessantes, não somente quanto a concepção do programa para essas populações, mas também, a questão da particularidade na questão indígena que precisa ser considerada também na hora do município elaborar sua estratégia para chegar até essas comunidades e prever serviços específicos. Ele complementa, relatando que foram desenvolvidos trabalhos em grupos, apontadas algumas dificuldades, e suas respectivas estratégias e responsáveis. Ele afirma que este foi ainda um trabalho inicial com esta questão, e tem-se o indicativo da necessidade de aprofundar esta discussão com as comunidades indígenas, sobre a concepção do programa, porque realmente, estas populações estão muito longe desses programas sociais.

Denise lembra que também está estabelecida uma programação junto às comunidades quilombolas, com assessoria de um grupo de apoio a essas comunidades no estado. Rafael informa que o evento ocorrerá no Hotel Centro Europeu no dia 02 de Agosto, que foram enviadas as orientações para os Escritórios Regionais, para mobilização das lideranças já estão mobilizadas junto aos gestores municipais e aos operadores do Cadastro Único.

Encontro Região Sul do CONGEMAS (28 e 29 de junho – Blumenau/SC);

Márcia Mazzarotto relata que um dos temas debatidos durante o evento foi relativo à apresentação do MDS sobre os CRAS co-financiados com recursos do Governo Federal, em que o menor índice é o da região sul. Ela expõe que isto se deve pois os indicadores utilizados pelo Ministério no ranqueamento faz com que os municípios da região Sul não sejam prioritários e, além disso, talvez tenha faltado no índice SUAS o indicador de capacidade de gestão.

Denise complementa que durante o evento entre os gestores estaduais com o Ministério para definição de elementos do Pacto de Aprimoramento de Gestão Estadual, foi identificado que alguns Estados e respectivas CIB's estão sendo extremamente condescendentes ao habilitarem os municípios, não atentando para a execução das exigências previstas na NOB-SUAS para os termos de habilitação.

Denise afirma que foi possível perceber que apenas a região Sul e o Estado de São Paulo, estavam cumprindo a exigência de comprovação de instalação de todos os serviços listados e das equipes mínimas, para depois proceder a habilitação dos municípios, enquanto os demais Estados ainda estavam utilizando a regra de transição, que acabou em dezembro de 2005, e que exigia apenas a indicação do interesse de instalar o CRAS e, ao longo do ano, proceder essa implantação.

Márcia Mazzarotto aponta que esta é uma questão a ser respondida pela CIT, através de monitoramento sobre estes procedimentos, mas que é possível aproveitar o espaço das Conferências para discutir o tema e fazer uma análise das expansões.

Denise ressalta que isto é algo que precisa estar em mente e definir um encaminhamento conjunto, posto que a região definir como encaminhamento será adensado enquanto CIB.

Márcia Mazzarotto relata que outro ponto discutido foi sobre a necessidade de maior integração do MDS com a Coordenadoria Geral da União -CGU no que tange as visitas para auditoria em determinados municípios através de Setores Públicos. Ela afirmou que a CGU tem realizado estas auditorias, porém, com

encaminhamentos rígidos que muitas vezes não são compatíveis com as orientações do MDS, e sugere como encaminhamento o envio de ofício em nome da CIB, relatando as dificuldades dos municípios e solicitando posicionamento.

A representante do COGEMAS diz que durante o evento foram elaboradas duas moções, uma para o Secretário Estadual de Assistência de Santa Catarina, com relação ao funcionamento irregular do órgão gestor, por causa de problemas de documentação do Pacto; e outra aos Secretários Estaduais responsáveis pela Assistência Social nos três estados da região sul que não compareceram e não enviaram representantes ao evento, pois eles teriam uma mesa para falar sobre financiamento.

Denise expõe que isto pode ter ocorrido também devido à organização do evento, porque segundo consta, foi registrado no convite a mesa com os Secretários sem a confirmação da presença dos mesmos. Ela informa que em função de inúmeras agendas, houve uma resposta oficial sobre a impossibilidade de comparecimento do Secretário de Estado do Paraná.

Márcia Mazzarotto, diz ter entregue pessoalmente ofício para participação do Secretário a representante do NUCLEAS, em reunião da CIT, e que entrou em contato diversas vezes com a SETP, para obter retorno quanto a sua participação e que nunca houve solicitação de mudança de data. Quanto a resposta oficial ela não se confirmou no evento.

II Encontro Estadual do Sistema Municipal e Gestão Local do CRAS (04 e 05 de Julho) – Curitiba

Daniela Möller, representante da SETP, aponta que está sendo realizada a sistematização para publicação das temáticas discutidas durante o Encontro, e que a mesma será repassada aos membros da CIB, representantes do CEAS, FOREAS e Escritórios Regionais

Encerramento:

A coordenadora da CIB agradece a presença de todos e encerra a reunião, lembrando que a próxima reunião está agendada para o dia 28 de Agosto.